

ESCRavidÃO EM GOIÁS – LEITURA DE MANUSCRITOS OITOCENTISTAS DE CATALÃO

*Claudinei Vaz CARDOSO**

1. Introdução

Considerando a importância dos documentos antigos para a investigação histórica e filológica, nosso trabalho pauta-se na leitura de manuscritos oitocentistas que remontam ao período de “descoberta” e povoamento do estado de Goiás, que por sua vez, passa pela formação do município de Catalão.

Em concordância com o que diz Le Goff (1992, p. 536), “A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas [...] A única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm.” Pretendemos propiciar a discussão de fatores históricos marcantes para o Estado e o Município e observações lingüísticas relevantes para a compreensão das marcas conservadoras de uma língua da época da colonização em três documentos encontrados na cidade de Catalão-Go, no Museu Municipal Cornélio Ramos, que têm como temática o processo de escravidão que alcançou nossas divisas.

Acreditamos que são de grande importância estudos dessa natureza por trazerem em sua essência a reflexão sobre o poder da língua, da memória e da história, como pontos que não se separam, para a formação da identidade de um povo, considerando que a identidade do povo goiano, da perspectiva historiográfica, está em via de construção.

2. Contexto Histórico

O surgimento oficial do arraial que mais tarde originaria a Villa do Catalão deu-se tardiamente se comparado a alguns arraiais da Província de Goiás como Vila Boa, Meia Ponte, Crixás, Traíras e outros. Por não terem encontrado minas de ouro nessas redondezas, o processo de povoamento só veio acontecer aproximadamente um século depois da data registrada como marco do “descobrimento¹” do ermo de terra que chamaram de *Goyazes*.

O povoamento em Goiás aconteceu, segundo Palacín e Moraes (1989) de forma muito irregular. Como a motivação era exclusivamente financeira com a exploração do ouro, onde encontravam um veio aurífero dava-se início a um povoado, mas quando o ouro acabava os arraiais se definham até o esvaziamento total.

A mão-de-obra escrava, um dos nossos enfoques neste estudo, foi largamente utilizada na época do auge da mineração. Consta nos registros deixados por Palacín e Moraes (1989) que, em 1736, havia na Província de Goiás 10.263 escravos para uma população de menos de 20.000 pessoas e esse número foi crescendo de tal forma que no início do próximo século, segundo o autor, a população branca não correspondia a 14% do total de habitantes.

Como Catalão ergueu-se após a decadência do ouro em Goiás (1820) e seus fundadores eram fazendeiros (geralistas) que já estavam estabelecidos na região, desde o seu nascimento contou com um desenvolvimento em ritmo acelerado que a tornou dentro de pouco mais de meio século, referência do sudeste goiano. E sobre a mão-de-obra escrava

¹ O termo descobrimento não seria o mais apropriado, pois Goiás, segundo Palacín e Moraes (1989), já era conhecido pelos bandeirantes. O marco de 1722 é reconhecido pelo historiador como o ano em que o Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva resolveu fixar morada nestas terras.

aqui utilizada, em considerável escala, teve seu emprego voltado para a agricultura, a pecuária e serviços domésticos.

3. Documentos Manuscritos

Para a realização deste estudo foram usados três documentos manuscritos com temática voltada para a escravidão na *Villa do Catalão*. Eles foram visualizados em uma das muitas visitas feitas pelos integrantes do projeto “Formação de *Corpora* Escrito de Goiás – Leitura e edição de manuscritos”, do qual fazemos parte, ao Museu Municipal Cornélio Ramos. Encontravam-se dentro de uma pasta com divisórias plásticas de capa preta, juntamente com outros documentos antigos, todos de Goiás e de variadas temáticas. Os três documentos foram escritos no século XIX e trazem marcas memoriais, históricas e lingüísticas dessa época.

Tais documentos foram fotografados (em formato JPEG), digitalizados, lidos e editados, pelos integrantes do projeto, respeitando as normas publicadas por Cunha, Cambraia e Megale (2001, p. 23-26). Esse processo de digitalização é importante porque, além de preservar esses documentos contra sua extinção, evita o constante contato com os documentos originais que, por possuírem mais de um século de existência e sempre estarem mal acondicionados, aceleraria seu processo de decomposição.

Os documentos estavam dispostos na referida pasta, sem nenhum critério de ordem, temática ou data e seu acesso sendo permitido sem restrições e cuidados especiais. Conhecendo as práticas filológicas, que defendem que o manuseio de documentos dessa natureza deve ser feito obedecendo a normas específicas e utilizando material adequado, compreendemos que se faz necessário, urgentemente, que se organizem políticas que dêem conta de preservar o pouco que ainda não desapareceu do nosso

passado escrito nos documentos. Para isso, seria necessária a criação de locais apropriados para a guarda e conservação desses manuscritos e pessoas com formação na área para manuseá-los. Se observadas as condições em que estão postos tais documentos hoje, acredita-se que, em pouco tempo, eles não mais existirão em condições de inteligibilidade.

O primeiro documento que apresentamos é datado de 1856 e refere-se ao *Interrogatório* ao escravo Martinho que, por recair sobre si a suspeita de um crime ocorrido na cidade de Bomfim, ficou preso na Villa do Catalão para esclarecimento dos fatos. O documento possui um único fôlio, em recto e verso, não apresentando nenhum tipo de numeração. O interrogatório é feito em poucas palavras, perguntando-lhe sobre seu nome, filiação e dono.

Vejamos um trecho de um dos documentos editados:

Interrogatório feito ao Escravo Mar | tinha que se acha
preso | Ao primeiro de Fevereiro demil oito | centos
e cincoenta e seis nesta Villa | do Catalão na casa da
Camara don | de fui vendo o Doutor Juis Muni | cipal
Manoel de Oliveira Cavalcante | commigo Escrivão dese
Cargo ao di | ante nomeado ahi fui condusido | apreso
cabra Martinho ao qual odito | Juis o interrogou pela
maneira se | guinte = I. Como se chama respon | de
chamaçe Martinho. Pergun | tou o Juis de quem hera filho,
res | pondeu que de uma Escrava de | nome Anna,
Perguntado Se hera | forro au Escravo = Respondeu que
| Escravo de Moijsés Arão da Cunha | (Fragmento da
edição do Interrogatório feio ao Escravo Matinho, fôlio
recto)

O segundo manuscrito datado do mesmo ano do anterior (1856), foi escrito em um único fôlio recto, não possuindo também numeração e trata-se do *Auto de depósito* do mesmo escravo Martinho que se encontrava à disposição da justiça na *Villa do Catalão*. Após constatar que fora

vítima de acusação infundada, o escravo ficou “depositado” em um local apropriado, esperando até que seu dono lhe reclamasse posse. Isso ocorreu porque seu senhor, Moijés Arão, não estava presente no dia do seu interrogatório. Esse documento comprova a existência do poder judiciário no município, que segundo Gomes, Chaul e Barbosa (1994) ficou determinado a partir de 1842 o conselho de jurados para a Villa do Catalão, elevada a situação de Julgado², sendo que anteriormente a essa data, questões judiciais eram resolvidas na Comarca de Santa Cruz. No fôlio, aparece a autorização do juiz municipal, além de assinaturas de testemunhas presentes que oficializam o ato. Observa-se, nessa prática, a dura discriminação que sofriam os negros em nosso território, pois mesmo depois de isento de culpa, Martinho não teve o direito de sair da cadeia, pois só poderia deixar o local de seu “depósito” na companhia do seu possuidor.

O terceiro manuscrito, escrito no ano de 1876, apresenta dois fôlios, sendo o primeiro em recto e verso e o segundo somente em recto. Refere-se à *Escriptura pública de venda de uma escrava de nome Maria*, cujo senhor, um cônego por nome Antônio, a vende oficialmente, pois é “livre e desembarassada”. À sua venda seguem descrições de sua pessoa e do registro em folha do Livro Diário da Coletoria e da Thezouraria de Fazenda Provincial de Goyáz como pode se observar nas linhas 17 a 28 do verso do primeiro fôlio. Isto demonstra uma prática comum à Vila do Catalão e a toda a Capitania de Goiás, conforme o diário de registros em que se prestava conta à Tesouraria da Província. Veja-se um trecho digitalizado da Escriptura:

² Divisão territorial sobre a qual tem jurisdição o juiz ordinário.

recrea, e que em um ym...
 dor de uma escrava de nome Maria,
 me Maria, a qual se achou livre
 comprada, e em um algarimja
 de café para sempre a Antonio de

(Escritura pública de venda de uma escrava de nome Maria, primeiro fôlio, recto)

O projeto “Formação de *Corpora* Escrito de Goiás – Leitura e edição de manuscritos”, do qual esses três documentos fazem parte, prevê a constituição de *corpora* escritos de Goiás a partir da seleção de manuscritos públicos e/ou particulares, especialmente dos séculos XVIII, XIX e começo do XX, que tematizem Goiás e, principalmente, sejam escritos em terras ou instituições goianas. Prevê-se, inicialmente, acessar, fotografar, editar e publicar documentos do sudeste goiano, área de localização do Campus da UFG em Catalão, podendo estender-se a documentos coletados em arquivos de outras regiões do estado. Vale lembrar que como o projeto propõe conhecer documentos que não foram ainda publicados ou inéditos, os três textos selecionados, *a priori*, não constam em catálogos ou publicações de documentos goianos.

Os três documentos foram escritos em papel, por pessoas que tinham o ofício de registrar os fatos oficiais (escribas ou escrivães), como se vê na expressão encontrada em um dos documentos: “E para Constar lavrei este Auto em | que assigna o Depositario, o Official | de Justiça e Commigo Camillo José de | Oliveira Novaes primeiro Tabelliaõ.”

(Auto de Depósito, recto).

Vemos nessa colocação que se repete na nossa região, no século XIX, o que Ong (2001) pontuou que aconteceu em várias gerações dos povos que aperfeiçoaram a escrita, após seu surgimento. Como a maioria das pessoas não dominava a tecnologia da escrita, os poucos que a obtinham, faziam dela meio de ganhar dinheiro, além de serem donos de um prestígio social elevado. E se observarmos o traçado da letra de muitos que assinaram esses documentos, podemos dizer que dominavam pouco a escrita, sendo necessário que outros escrevessem para eles.

4. DISCUSSÕES

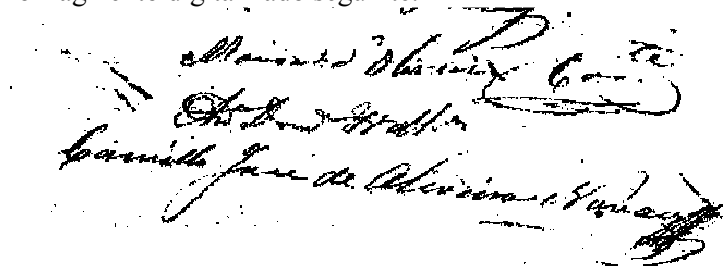
Na luta pelo conhecimento da língua vernácula e pela preservação da memória de nossos antepassados, vários estudiosos se desdobram atrás de vestígios que possam levar à recuperação de comportamentos lingüísticos e históricos. Alguns buscam através do trabalho com o texto oral, que é uma das mais valiosas fontes para essa busca; outros, como nós, buscam em manuscritos antigos fontes geradoras e comprovadoras de acontecimentos que o tempo encarregou-se de dissolver. Pensando assim, acreditamos que a observação desses documentos nos oferece uma variedade de informações que a geração atual não viu acontecer.

Segundo Paula (2005), utilizando gravações orais com moradores da cidade de Catalão, pesquisadores do Grupo Filologia Bandeirante, coordenado pelo professor da

Universidade de São Paulo, Heitor Megale, encontraram palavras que remetem ao léxico usado pelos bandeirantes no período da colonização e que permanecem até os dias de hoje.

Nos documentos manuscritos, embora não tenhamos encontrado palavras que carreguem uma semântica tão conservadora (salvo casos raros como *dimudar-se*), isso porque documentos oficiais costumam ser mais policiados do que uma fala espontânea, acham-se variações na forma ortográfica de uma mesma palavra dentro de um único texto (*Bom fim e Bomfim, aparessido e apareca*). Este fato demonstra a falta de normatização da escrita, que só chegou com o primeiro tratado ortográfico no início do século XX (HOUAISS, 1991) e que não foi suficiente para definir as diretrizes básicas para a escrita do Português. Nota-se, ainda, segundo Basseto (2001), uma herança longínqua da expressividade marcada pelo latim vulgar, nas consoantes geminadas que aparecem em grande quantidade, como nas palavras *villa, official, anno, commigo, elle*.

Outro ponto digno de nota seria a enorme quantidade de abreviaturas e palavras sobrescritas que aparecem nos textos. O trabalho do filólogo é desenvolvê-las cuidadosamente para que qualquer pessoa possa lê-las no texto editado, como nos casos: Manoel de Oliveira Cavalcante | Antonio Domingos Ferreira de Souza | Camillo Jose de Oliveira Novaes, presentes no fragmento digitalizado seguinte:



The image shows three handwritten signatures in black ink on a light background. The top signature is 'Manoel de Oliveira Cavalcante', the middle one is 'Antonio Domingos Ferreira de Souza', and the bottom one is 'Camillo Jose de Oliveira Novaes'. Each signature is written in a cursive, somewhat stylized script.

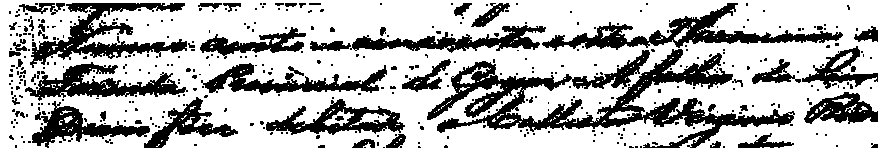
(Auto de Depósito, recto).

Esse tipo de ocorrência justifica-se, em parte, pela escassez de papel por que passou a sociedade até o desenvolvimento industrial. As abreviaturas e palavras sobrescritas conseguiam diminuir o tamanho do texto no papel, visando economizá-lo. Nos dias atuais, possivelmente devido à abundância de papel, elas são raramente utilizadas. Outra possível justificativa consideraria que os escribas seriam capazes de agilizar o processo de escrita dos longos textos, partindo do princípio que haviam poucas pessoas capacitadas para a escrita oficial.

Como fator histórico, encontrado nos documentos, podemos ressaltar, principalmente a comprovação da utilização da mão-de-obra escrava no nosso município. Considerando que o surgimento de Catalão deu-se após a efervescência do período aurífero, essa mão-de-obra foi mais utilizada na lavoura e na pecuária e podemos inferir também que os negros que aqui viveram, provavelmente, eram frutos de uma segunda ou até terceira geração dos vindos da África, isso porque Goiás parou de importar negros, segundo Palacín e Moraes (1989), no ano de 1775. E essa geração importada que trabalhou nos garimpos, ressaltam os autores, devido ao excesso de carga de trabalho e os maus tratos resistiam, em média, apenas 7 anos de labor. Seus senhores queriam somente o lucro do seu trabalho, que servia para a aquisição de mais negros, aumentando a produção, como se pode observar no seguinte trecho: “A opressão fazia parte do sistema escravocrata, e o lucro era a preocupação das empresas. Extrair do preto o maior esforço possível, com o mínimo de dispêndio, eis o interesse dos proprietários” (SALLES, 1992, p. 286).

Embora saibamos que a mão-de-obra escrava foi primeiro usada em outros municípios goianos, uma passagem em um dos documentos serve para comprovar que essa prática estava arraigada em toda a província. Trata-se do registro em folha do Livro Diário da Coletoria e da

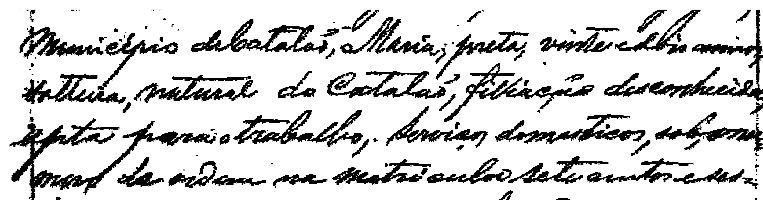
Thezouraria de Fazenda Provincial de Goyáz, mostrando, além do que foi mencionado, a interligação existente entre a capital e as cidades interioranas como em: “Numero cento e cinquenta e oito = Thesouraria de | Fazenda Provincial de Goyas = A folhas do Livro | Diario fica debitado o Colelector Verginio Rodri=”



(Escritura pública de venda de uma escrava de nome Maria, primeiro fólio, verso).

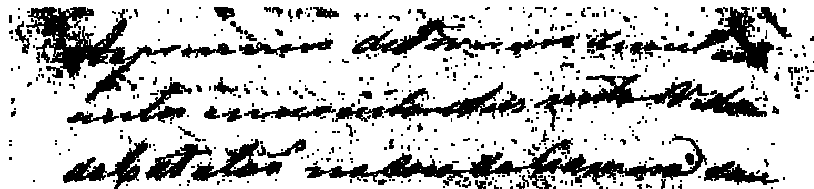
Os senhores donos de escravos eram latifundiários ou religiosos que apossaram de imensas glebas de terras devolutas e mostravam seu poder econômico e social através da opressão aos menos favorecidos. Os nomes citados e as assinaturas deixadas nos manuscritos servem para ativar a nossa memória e inferirmos que, embora esses senhores tenham falecido, há descendentes e herdeiros seus que, provavelmente, permanecem no município. Ficam, assim, bem demarcadas as classes sociais presentes na região desde o século XIX até os dias atuais.

Trechos como o que segue e descrições de valores da venda desta escrava Maria no valor de “seicentos mil reis” nos levam a pensar o alto grau de opressão por que passaram parentes de pessoas que aqui vivem até o dia de hoje e como o ser humano era negociado como mercadoria.



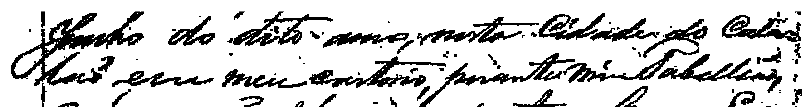
(Escriptura pública de venda de uma escrava de nome Maria, primeiro fôlio, verso).

Através da leitura de tais documentos, pode-se observar o desenvolvimento da região no plano das relações políticas e econômicas. Nos dois primeiros documentos, que datam de 1856, Catalão era chamado de *Villa do Catalão*, como na seguinte passagem: “Ao primeiro de Fevereiro demil oito | centos ecincoenta eSeis nesta **Villa | do Catalão** na casa da Câmara”



(Interrogatório do escravo Martinho, segundo fôlio, verso).

Já no último documento (Escriptura pública de venda de uma escrava de nome Maria, primeiro fôlio, recto), que data de 1876, Catalão já é chamado oficialmente de *Cidade do Catalão*, como podemos ver nesse trecho do documento: “junho do dito ano, nesta **Cidade do Cata | laõ** em meu cartorio, perante mim Tabelliaõ, |”:



(Escriptura pública de venda de uma escrava de nome Maria, primeiro fôlio, recto)

Sobre esse acontecimento, encontramos nos autores Gomes, Chaul e Barbosa (1994) o relato de que no ano de 1859 Catalão deixou de ser vila para alcançar o *status* de cidade.

5. Considerações finais

Dessa forma, esperamos que estudos dessa natureza possam contribuir para o enriquecimento das pesquisas na área da Filologia de nossa região que desfrutam de pouca tradição. Em Goiás, a prática filológica tem sido parcialmente conhecida, na maioria das vezes, apenas dentro das salas de aulas de alguns cursos de graduação e esperamos que mais estudos sejam realizados para que se torne comum no meio acadêmico e científico.

O trabalho feito com documentos antigos da região em que vivemos contribui para o fortalecimento dos laços culturais do nosso povo, não deixando que a memória coletiva desapareça, mas que se perpetue ao longo das futuras gerações, pois quando conhecemos a história do povo onde estamos inseridos, estamos conhecendo a nós mesmos. E para essa finalidade, recorreremos neste texto aos estudos filológicos pois, para Spina (1977, p.74), é a História que possui maior proximidade de interesses com a Filologia por possuir o mesmo objeto de estudo (o texto) e usar o método crítico.

Referências bibliográficas

- BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CUNHA, A. G.; CAMBRAIA, C. N.; MEGALE, H. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.
- GOMES, L. P.; CHAUL, N. F.; BARBOSA, J. C. **História Política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- HOUAISS, A. **A nova ortografia da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____ **História e Memória**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 535-553.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

ONG, V. J. **Oralidade e escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas: Papyrus, 1998.

PALACÍN, L e MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 5 ed. Goiânia-GO: Editora da UCG, 1989.

PAULA, M. H. Traços de conservação no português falado, no Brasil: um estudo de manuscrito bandeirante oitocentista e de narrativa oral contemporânea. In **Linguagem – Estudos e Pesquisas**. Vol 6-7. Catalão: Curso de Letras da UFG – Campus de Catalão, 2005. p. 129-153.

Documentos Manuscritos

Interrogatório ao escravo Martinho. Fólio único recto. Acervo do Museu Municipal Cornélio Ramos: Catalão-GO, 1856.

Auto de depósito. Fólio único recto. Acervo do Museu Municipal Cornélio Ramos: Catalão-GO, 1856.

Escriptura pública de venda de uma escrava de nome Maria. Dois fólios (um recto e verso e o outro recto). Acervo do Museu Municipal Cornélio Ramos: Catalão-GO, 1876.